

19657

PROJETO DE LEI Nº 9.206 , DE 2017

(Dos Srs. NILSON LEITÃO e ZÉ SILVA)

EMP 17

Institui o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº

Dê-se ao Art. 18 do Projeto de Lei Nº 9.206, de 2017 a seguinte redação:

"Art. 18

.....

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a repactuar as dívidas dos empreendimentos familiares rurais, agroindustriais familiares e cooperativas de produção agropecuária, amparadas em Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) nas modalidades pessoa física ou jurídica, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), contratadas até 31 de dezembro de 2016, observadas as seguintes condições:

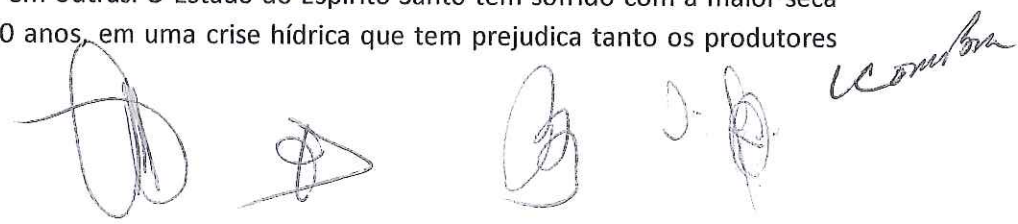
.....

Parágrafo Único: A repactuação de que trata o *caput* deste artigo também alcança operações contratadas com recursos oriundos do FNE ou do FNO, ou com recursos mistos desses fundos com outras fontes, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da SUDENE ou da Sudam, e com recursos para investimentos de fonte destinada ao crédito rural sujeitos à subvenção da União, repassados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a forma de equalização de encargos financeiros, para os Municípios que tiveram situação de estado de emergência ou de estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional.

.....(NR)"

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem passado por períodos de profundas irregularidades meteorológicas, que tem causado profundas estiagens em algumas regiões e tempestades torrenciais e inundações em outras. O Estado do Espírito Santo tem sofrido com a maior seca registrada nos últimos 60 anos, em uma crise hídrica que tem prejudica tanto os produtores



Cont. EMY 17

rurais quanto os moradores dos centros urbanos, em um cenário desolador no qual os lençóis freáticos não tem mais carga e a crise de abastecimento de água para consumo humano apresenta-se severíssima. Por outro lado, Estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiveram prejuízos nas lavouras causados pelo excesso de chuvas que atingiu estes estados no final do ano passado.

Por esta razão, a produção agrícola tem sido aquém da esperada pelos produtores, que mesmo assim realizam investimentos crescentes em modelos tecnológicos de produção mais eficiente. Este quadro exacerba ainda mais a situação sistêmica de perda de renda e de perda da capacidade de adimplir com os compromissos assumidos em contratos de crédito rural.

Neste sentido, entendemos que todos os Municípios que estiveram em situação crítica e buscaram amparo no Governo Federal já comprovaram suficientemente o estado de necessidade causado pelas alterações climáticas.

Sala das Sessões, de novembro de 2017

Deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES) 6

Deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES)

Dep. Domingos Silva (PSDB/MG)

Ronaldo Benedit
PMDB 60

Alberto Frizzo
DEM 29

PSDB 46
SILVIO TORRE

Dep Julio Delgado
PSB

Dep
Marcos
Montes
PSD